

## Fase 2 – Relatório Ambiental Preliminar

### AValiação Ambiental Estratégica do Estudo de Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

#### ANEXO 1 – QUADRO DE REFERÊNCIA ESTATÉGICO

No que respeita às entidades consultadas, refere-se que, de acordo com o DL 232/2007, o Relatório de Fatores Críticos para a Decisão (RFCD) da AAE, foi objeto de consulta das Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAe), conforme são designadas no n.º 3 do artigo 3.º do referido DL.

Na Tabela 1 apresenta-se a síntese dos pareceres das ERAe ao RFCD (março 2024) da AAE, bem como o seguimento que as mesmas tiveram no RAP (outubro 2024).

Tabela 1: Síntese dos Pareceres ao RFCD (março 2024) e a sua tradução no RAP (outubro 2024)

Entidade	Data	Principais aspetos focados nos Pareceres do RFCD (março 2024) – Fase 1 da AAE	Tradução no RAP (abril 2024) - Fase 2 da AAE
Agência Portuguesa do Ambiente (APA)	18/07/2024	<b>2.4 Aspetos gerais</b>	
		No sumário executivo convém acrescentar que a responsabilidade da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) estende-se ainda à fase de seguimento em AAE (cf. artigo 11º do DL 232/2007).	Foi acrescentado.
		No capítulo 2 importa atualizar o enquadramento legal no que respeita ao regime jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.	Atendendo a que o estudo em análise não constitui um Plano foram retiradas as referências ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJGT).
		No que concerne à Metodologia, relativamente à Figura 1 deve ser acrescentada a fase de seguimento em AAE com a elaboração dos relatórios de avaliação e controlo, referida na página 9 do RFCD.	Foi acrescentado.
		No capítulo 4 do RFCD, designado de objetivos da avaliação, deveria ser feita uma síntese do Estudo com a identificação dos objetivos que se pretendem atingir e as grandes opções estratégicas consideradas no processo de planeamento, informação que se considera importante para a avaliação.	Foi efetuada a alteração, tendo o título do capítulo 4 sido alterado para “Objeto de Avaliação”, e sido incorporadas as recomendações referidas.
		Sendo referido que o “estudo está vocacionado para fazer uma avaliação de recursos hidrológicos rigorosa e estudar novas áreas de regadios, ou promover a intensificação de regadio, onde ocorra disperso e pouco eficaz, e sempre que possível apoiar uma gestão dos recursos hídricos partilhada”, verifica-se que nada é referido quanto ao seu enquadramento nos PGRH em vigor, aspeto a completar.	Foram considerados os PGRH em vigor, tendo sido integrados no QRE, ao nível da caracterização da situação atual das massas de água, bem como na avaliação do estudo.

## Fase 2 – Relatório Ambiental Preliminar

### AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Entidade	Data	Principais aspetos focados nos Pareceres do RFCD (março 2024) – Fase 1 da AAE	Tradução no RAP (abril 2024) - Fase 2 da AAE
		<p>É indicado que o aproveitamento de Alvito foi considerado de grande interesse como origem de água para a irrigação, sendo um dos fatores principais que esteve na origem da elaboração do respetivo projeto, que considerou a execução de um aproveitamento para fins múltiplos”. Em relação a esta afirmação deve ser esclarecido que o Aproveitamento Hidroelétrico do Alvito, desenvolvido no âmbito do PNBEPH e sujeito a procedimento de AIA, tinha os seguintes objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da capacidade de produção de eletricidade com base em recursos endógenos e renováveis;</li> <li>• Aumento da capacidade instalada em aproveitamentos hidroelétricos com bombagem;</li> <li>• Melhoria da fiabilidade e segurança de funcionamento do sistema elétrico português, com implicações nos níveis de garantia da segurança e abastecimento;</li> <li>• Redução das emissões de CO<sub>2</sub>;</li> <li>• Redução das importações de combustíveis fósseis.</li> </ul>	Essa informação foi acrescentada no capítulo 5.2 ANTECEDENTES.
		O projeto que foi apresentado para a barragem do Alvito, no rio Ocreza, tendo por objetivo a produção de energia (uso não consumptivo), atendeu à necessidade da sua exploração ser feita em articulação com a exploração da barragem, situada no mesmo rio e mais a jusante, a barragem de Pracana (com contrato de concessão para a utilização das águas para produção de energia). O projeto desta barragem não foi desenvolvido com o objetivo de a mesma vir a ser utilizada como origem de água para rega (uso consumptivo) e classificada como de fins múltiplos tal como é mencionado no RFCD.	O referido é um pressuposto assumido no estudo.
		O texto do subcapítulo designado de CENARIZAÇÃO não se afigura explícito não sendo possível apreender quantos cenários foram estudados, nem que áreas e infraestruturas (existentes e a construir) passíveis de produzir efeitos significativos no ambiente então em equação. O texto, para além de confuso, não possui figuras que permitam localizar e identificar as referências a infraestruturas e locais efetuadas no texto, tornando difícil perceber qual é o objeto da avaliação. No anexo I, a síntese que é feita, dizendo apenas respeito aos estudos base que foram desenvolvidos, também não esclarece as dúvidas que o texto inicial levanta.	No capítulo 4.4 CENARIZAÇÃO foi dada resposta ao solicitado, tendo sido feita uma apresentação mais explícita dos cenários.
		Considera-se que as forças e fraquezas listadas no Quadro Problema (Tabela 3) poderiam estar organizadas por temas ou parâmetros, de forma a permitir fazer um diagnóstico da situação real do território.	No RAP a Análise SWOT (Pontos fortes e Pontos fracos) está organizada por FCD, no capítulo próprio.

## Fase 2 – Relatório Ambiental Preliminar

### AValiação Ambiental Estratégica do Estudo de Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

Entidade	Data	Principais aspetos focados nos Pareceres do RFCD (março 2024) – Fase 1 da AAE	Tradução no RAP (abril 2024) - Fase 2 da AAE
		Na definição das questões estratégicas têm de ser considerados os planos e programas em vigor com efeitos diretos e indiretos na gestão dos recursos hídricos, pelo que na definição da QE3 (Garantir a sustentabilidade dos atuais usos da água nas bacias hidrográficas: setor urbano e industrial, atividade piscatória, turismo, e produção de energia) não se devam apenas considerar os atuais usos da água, mas igualmente os previstos nos PGRH para assegurar o cumprimento de novas políticas, como por exemplo, o definido no Plano Nacional Integrado Energia e Clima (PNEC 2030).	Foi mantida a Q3, no entanto, o referido foi acautelado no âmbito da avaliação do estudo.
		Quanto ao Quadro de Referência Estratégico (QRE), é de referir que os instrumentos apresentados são excessivos (cerca de 50 instrumentos). As boas práticas em matéria de AAE recomendam que não se exceda os 30 documentos, pelo que se recomenda um esforço de síntese, tendo em vista manter o foco estratégico desta AAE.	Foi concretizado.
		Não obstante os documentos identificados, o QRE deve contemplar outros instrumentos, assunto que será desenvolvido mais à frente neste parecer, tais como: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei de Bases do Clima (LBC);</li> <li>• Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050);</li> <li>• Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAA 2020);</li> <li>• Roteiro de Adaptação às Alterações Climáticas (RNA 2100).</li> </ul>	Os documentos sugeridos foram incluídos no QRE, com exceção do Roteiro de Adaptação às Alterações Climáticas (RNA 2100), uma vez que o QRE já integra o Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas.
		Atento o assunto em avaliação no âmbito desta AAE, o Estudo da VAREHA – Tejo e Oeste deve ainda articular-se com as Estratégias e/ou Planos Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas, Planos Intermunicipais (e Metropolitanos) de Adaptação às Alterações Climáticas, e Planos Regionais ou Municipais de Ação Climática disponíveis, ponderando a forma como o projeto a desenvolver atenua ou intensifica os efeitos das alterações climáticas sobre os territórios abrangidos.	Foram acrescentados no QRE: Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas – Médio Tejo (PIAAC-MT); Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas – Lezíria do Tejo (PIAAC-LT); Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas – Oeste (Oeste PIAAC). Foram incluídos no QRE os Planos Intermunicipais cujos objetivos são desenvolvidos a uma escala de maior detalhe nas Estratégias ou Planos Municipais. Estes últimos não foram incluídos por serem em grande número e por constituírem um desenvolvimento dos objetivos definidos a nível Intermunicipal. Os Planos Intermunicipais visam estratégias de adaptação e não de mitigação, pelo que os Estudo foi avaliado face aos objetivos de adaptação previstos nestes Planos.

## Fase 2 – Relatório Ambiental Preliminar

### AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Entidade	Data	Principais aspetos focados nos Pareceres do RFCD (março 2024) – Fase 1 da AAE	Tradução no RAP (abril 2024) - Fase 2 da AAE
		Estando o relatório datado de 22 de maio de 2024, julga-se que deveriam ter sido considerados no QRE e na avaliação dos efeitos, os PGRH e PGRI em vigor relativos ao período 2022-2027, uma vez que os mesmos foram aprovados, respetivamente, pelas Resoluções do Conselho de Ministros n.º 62/2024, de 3 de abril e n.º 63/2024, de 22 de abril.	No RA, os diplomas de aprovação na Tabela 4 foram alterados para o 3º ciclo tendo-se considerado o conteúdo desta versão dos Planos.
		Julga-se de acrescentar, no anexo relativo ao QRE, os diplomas legais que aprovam os instrumentos adotados no mesmo.	Os diplomas legais foram acrescentados no Anexo II do RAP.
		O relatório apresenta nas Tabelas 6 e 8 as Questões Ambientais e de Sustentabilidade (QAS) para o estudo, contudo as mesmas não coincidem nas duas tabelas, situação que carece de confirmação. Estando omissas nas QAS da Tabela 8, o Solo como recurso e, tendo este fator ambiental particular importância na agricultura (é inclusive um critério de avaliação) devem as QAS ser revistas de modo a incluir este fator ambiental.	No RA as tabelas as QA das tabelas referidas foram revistas e o Fator Ambiental ‘Solo’ foi incluído.
		Tendo em consideração a <b>descrição e os objetivos propostos para cada FDC</b> (Tabela 7) verifica-se que está em falta relacionar, na Tabela 9, o FCD - Recursos Naturais e Biodiversidade com a QAS património.	No RA foi incluído o cruzamento do fator Ambiental Património com o FCD 1 que passou a designar-se “Recursos Naturais e Património Cultural”.
		(...) em consonância com o “Guia das Melhores Práticas para a Avaliação Ambiental”, recomenda-se que os critérios de avaliação sejam limitados a <b>dois por FCD</b> e que os <b>indicadores sejam, por sua vez, também limitados a dois ou três por critério</b> de avaliação, de forma a que seja possível manter o foco estratégico, pelo que se sugere um esforço de síntese antes de avançar para a próxima fase desta avaliação ambiental.	Os Critérios e Indicadores de Avaliação foram revistos tendo em conta o referido.
		Os indicadores devem permitir avaliar os efeitos da implementação do Estudo, no meio, sendo particularmente importante identificar que entidades possuem informação que pode ser usada na determinação dos indicadores. No caso em apreço não é indicado a fonte da informação para a contabilização dos indicadores sendo referido que, em função da existência de dados, podem os indicadores vir a ser alterados. Esta situação já devia ter sido confirmada, para se evitar a análise de indicadores impossíveis de contabilizar.	Foi dado cumprimento ao referido.
		Sendo excessivo o número de indicadores propostos, de que é exemplo no FCD - Recursos Naturais e biodiversidade serem propostos 20 indicadores para 6 critérios, verifica-se que os mesmos nem sempre são mensuráveis ou, noutros casos, permitem avaliar o objetivo proposto para determinado critério. Exemplos desta situação é pretender-se avaliar de que forma é promovido o uso eficiente da água pelos diferentes utilizadores com um indicador dirigido apenas para um tipo de utilização, a	Foi dado cumprimento ao referido.

## Fase 2 – Relatório Ambiental Preliminar

### AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Entidade	Data	Principais aspetos focados nos Pareceres do RFCD (março 2024) – Fase 1 da AAE	Tradução no RAP (abril 2024) - Fase 2 da AAE
		<p>agricultura (Perdas de água nas infraestruturas de rega (%)) ou definir-se um indicador como Evolução do estado das massas de água sem se indicar a unidade.</p> <p>Considera-se igualmente que alguns indicadores, tendo um enunciado demasiado geral/abrangente, carecem de pormenorização para que possam ser contabilizados e/ou responder ao critério enunciado, exemplos desta situação são os seguintes indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Áreas expostas a risco sísmico (ha)</li> <li>• Ações indutoras de riscos naturais (n.º)</li> <li>• Serviços dos ecossistemas na área do Estudo (n.º)</li> <li>• Rota migratórias alteradas (n.º)</li> <li>• Massas de água potencialmente afetadas por descargas acidentais (n.º)</li> <li>• Instalação de infraestruturas e atividades com elevado risco de poluição acidental (n.º)</li> </ul> <p>Assim, recomenda-se que o conjunto de indicadores apresentados seja revisto tendo em conta o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os indicadores devem ser claros no que se refere à sua relação com o Estudo em causa, assim como a sua abrangência espacial e temporal, o que nem sempre sucede;</li> <li>• Devem ser definidas metas para cada indicador;</li> <li>• Cada indicador deve ser acompanhado da sua descrição, de modo a tornar claro o que se pretende medir e como medir;</li> <li>• Periodicidade a adotar no cálculo de cada indicador, preferencialmente anual;</li> <li>• Deve-se privilegiar indicadores de outros Planos, o que facilita a sua quantificação.</li> <li>• Salienta-se ainda a necessidade de serem apresentadas as fontes de informação para cada um dos indicadores.</li> </ul>	
		<p>Por fim, verifica-se que o RFCD não apresenta uma estratégia de comunicação propriamente dita, focando-se apenas nos momentos de consulta previstos no regime jurídico de AAE. Este aspeto deve ser completado aquando da elaboração do Relatório Ambiental.</p>	Os indicadores de avaliação foram alterados e o referido neste ponto foi tido em conta nos indicadores de monitorização
		<b>2.2 Alterações climáticas</b>	
		<b>➤ Aspetos Relacionados com a Mitigação das Alterações Climáticas:</b>	
		(...) importa que o QRE considere igualmente a Lei de Bases do Clima (LBC), Lei n.º 98/2021, em vigor desde 1 de fevereiro de 2022, tendo em conta as metas nacionais e setoriais estipuladas neste instrumento, bem como, o seu papel orientador na	A Lei de Bases do Clima foi incluída no QRE.

## Fase 2 – Relatório Ambiental Preliminar

### AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Entidade	Data	Principais aspetos focados nos Pareceres do RFCD (março 2024) – Fase 1 da AAE	Tradução no RAP (abril 2024) - Fase 2 da AAE
		descarbonização de diversos setores de atividade. A este respeito, destaca-se o exposto no n.º 1 e n.º 2 do artigo 54º, nos quais se aborda a descarbonização do setor da agricultura e a promoção da agricultura sustentável e resiliente, reforçando a relevância deste instrumento ser considerado no âmbito do QRE do Estudo da VAREHA – Tejo e Oeste.	
		Ainda no âmbito do QRE, deve ser considerado o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC2050), aprovado pela RCM n.º 107/2019, de 1 de julho, que explora a viabilidade de trajetórias que conduzem à neutralidade carbónica, identifica os principais vetores de descarbonização e estima o potencial de redução dos vários setores da economia nacional.	Foi incluído no QRE.
		<p>Considera-se que devem ser integrados alguns indicadores adicionais que permitam:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Obter um balanço de emissões de GEE (tCO<sub>2</sub>eq) inerente à atividade agrícola na área abrangida pelo estudo em causa, com vista ao acompanhamento da implementação de práticas neste setor, e no qual se devem incluir as emissões de GEE decorrentes do consumo de energia, da utilização de fertilizantes, da gestão de efluentes agrícolas e pecuários, entre outros que se considerem relevantes.</li> <li>✓ Acautelar a mensurabilidade das emissões de CO<sub>2</sub> associadas à perda de biomassa resultante das ações decorrente das ações de desmatamento e deflorestação pela implantação dos projetos que se venham a desenvolver na sequência do estudo em causa, aspeto determinante na vertente mitigação às alterações climáticas na medida em que concorre para o balanço de emissões de GEE local e nacional. Neste sentido, e não obstante o indicador já estabelecido pelo RFCD relativo à capacidade de sequestro da área abrangida pelo estudo, considera-se relevante a seleção de indicadores adicionais que quantifiquem as emissões (tCO<sub>2</sub>eq) inerentes à perda de biomassa resultante de ações de deflorestação, considerando todas as tipologias de áreas florestais afetadas (ha) pelas intervenções que se venham a enquadrar no estudo em causa.</li> </ul> <p>Para a determinação das emissões de GEE devem ser utilizados, sempre que possível, os fatores de cálculo (e.g. Fator de Emissão e Poder Calorífico Inferior) e as metodologias de cálculo constantes do Relatório Nacional de Inventários (NIR - <i>National Inventory Report</i>), relatório que pode ser encontrado no Portal da APA. No que diz respeito especificamente ao Fator de Emissão de GEE (em tCO<sub>2</sub>eq/MWh de eletricidade produzida) relativo à eletricidade produzida em Portugal, devem ser tidos em consideração os valores constantes do documento disponibilizado em: <a href="https://www.apambiente.pt/sites/default/files/_Clima/Inventarios/20230427/FE_GE">https://www.apambiente.pt/sites/default/files/_Clima/Inventarios/20230427/FE_GE</a></p>	Foi dado cumprimento ao referido.

## Fase 2 – Relatório Ambiental Preliminar

### AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Entidade	Data	Principais aspetos focados nos Pareceres do RFCD (março 2024) – Fase 1 da AAE	Tradução no RAP (abril 2024) - Fase 2 da AAE
		<p>E_Eletricidade2023rev3.pdf</p> <p>As emissões associadas à afetação de zonas húmidas e ecossistemas hídricos deverão ser calculadas usando as metodologias do IPCC 2013 <i>Wetlands Supplement</i>, em particular as do capítulo 4 <i>Coastal Wetlands</i>: <a href="https://www.ipcc-nggip.iges.or.jp/public/wetlands/pdf/Wetlands_separate_files/WS_Ch4_Coastal_Wetlands.pdf">https://www.ipcc-nggip.iges.or.jp/public/wetlands/pdf/Wetlands_separate_files/WS_Ch4_Coastal_Wetlands.pdf</a></p> <p>Caso seja selecionada uma metodologia de cálculo diferente daquelas acima previstas deve ser apresentada a devida justificação dessa opção.</p>	
		<p>As linhas de atuação identificadas no PNEC 2030 devem ser consideradas como referencial para efeitos de implementação de eventuais medidas de minimização dos impactos em termos de emissões de GEE, a ter em conta em função da tipologia dos projetos a desenvolver.</p>	Foi dado cumprimento ao referido.
		<p>➤ <b>Aspetos relacionados com a adaptação às alterações climáticas:</b></p>	
		<p>Importa que o QRE considere a Lei de Bases do Clima (LBC), Lei n.º 98/2021, em vigor desde 1 de fevereiro de 2022, pela sua relevância também no âmbito da vertente adaptação, pelo que expõe nomeadamente nas alíneas a) e b), do n.º 1 do artigo 52º nas quais se aborda o tema do uso eficiente da água, no sentido de garantir a segurança hídrica e a redução da exposição e vulnerabilidade às alterações climáticas.</p>	A Lei de Bases do Clima foi acrescentada no QRE
		<p>Ainda no âmbito do QRE, deve ser considerada a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC 2020), aprovada pela RCM n.º 56/2015, de 30 de julho e prorrogada até 31 de dezembro de 2025 pela RCM n.º 53/2020, de 10 julho 2020, e o Roteiro de Adaptação às Alterações Climáticas (RNA 2100).</p>	A ENAAAC 2020 foi acrescentada no QRE
		<p>Não obstante a relevância dos indicadores apresentados no RFCD no contexto da adaptação às alterações climáticas, considera-se fundamental que seja previsto um indicador adicional que permita acompanhar a evolução das disponibilidades hídricas (hm³/ano) na área abrangida pelo estudo em causa.</p>	Os indicadores de avaliação foram revistos e no RAP foram propostos indicadores de monitorização é proposta a monitorização ao nível dos consumos.
		<p>No âmbito do FCD2 – Riscos e Vulnerabilidades, os indicadores apresentados no âmbito deste critério (<i>Riscos Naturais e Alterações Climáticas</i>), considera-se relevante incluir indicadores adicionais que permitam:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Quantificar áreas expostas ao risco de erosão hídrica (ha);</li> <li>✓ Identificar o número, extensão e área de infraestruturas a implementar em zonas de risco climático extremo (N.º, km e ha);</li> </ul>	Foi dado cumprimento ao referido.

## Fase 2 – Relatório Ambiental Preliminar

### AValiação Ambiental Estratégica do Estudo de Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

Entidade	Data	Principais aspetos focados nos Pareceres do RFCD (março 2024) – Fase 1 da AAE	Tradução no RAP (abril 2024) - Fase 2 da AAE
		✓ Quantificar o investimento previsto no aumento da resiliência estrutural e funcional das diversas infraestruturas que se venham a implementar no âmbito do estudo em causa (€).	
		No âmbito do FCD 3 – Desenvolvimento Territorial, Investimento Público e Modelo Económico, relativamente ao critério <i>Dinâmica turística</i> , considera-se que deve ser igualmente considerado um indicador que permita quantificar a pressão turística, não só ao nível das atividades desportivas e de lazer, como também aquela que decorre da fixação de novas unidades hoteleiras na região abrangida pelo estudo.	Considera-se que não se enquadra no âmbito do presente estudo.
		Atendendo ao objeto em análise, considera-se que os indicadores previstos devem integrar e refletir as projeções climáticas para todas as variáveis, por forma a salvaguardar que os efeitos das alterações climáticas são devidamente ponderados na decisão.	Foi dado cumprimento ao referido.
		Salienta-se que as medidas de adaptação identificadas no P-3AC devem ser consideradas como referencial para efeitos de implementação de eventuais medidas de minimização dos impactos das alterações climáticas a ter em conta em função da tipologia dos projetos.	Foi dado cumprimento ao referido.
		Relativamente aos cenários RCP 4.5 e RCP 8.5 propõe-se a seleção do período até 2100 para projetos de longo prazo ou o período mais representativo disponível face ao horizonte do projeto, atentos os cenários climáticos.	Questão referente às opções tomadas no Estudo
		<b>2.3 Recursos Hídricos</b>	
		No documento em análise é referido: “A precipitação acumulada média anual no Vale do Tejo e Oeste aumentou 12,3% do período de 1971-2000 para o período de 2000-2015, evidenciando uma evolução positiva em termos de água disponível”, e que no Parecer da APA é dito: “os resultados estão condicionados pela opção de não utilização de dados das estações meteorológicas do SNIRH, pelo curto período de análise, apenas de 2000 a 2015, e ainda, por ter sido excluído da análise o período mais recente, onde se observaram diversos anos secos”.	Questão referente às opções tomadas no Estudo
		“Tendo em conta que o estudo foi elaborado em 2023, a conclusão abaixo não está correta, uma vez que se refere ao período de 2000 até 2015, que não corresponde ao período mais recente. Não é possível afirmar que” ...há uma evolução positiva em termos de água disponível” sem ser com base na análise de séries longas e até ao presente. A avaliação de tendência na precipitação deve ser suportada em séries de dados longas, caso contrário não é válida qualquer conclusão sobre a água disponível,	



## Fase 2 – Relatório Ambiental Preliminar

### AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Entidade	Data	Principais aspetos focados nos Pareceres do RFCD (março 2024) – Fase 1 da AAE	Tradução no RAP (abril 2024) - Fase 2 da AAE
		<i>não se podendo aceitar a conclusão seguinte: “...Avaliando a evolução temporal, verifica-se que, na região metropolitana de Lisboa, que inclui os municípios de Mafra, Loures, Vila Franca de Xira, Alcochete e Palmela, a precipitação mensal acumulada é maior no período mais recente, evidenciando uma evolução positiva em termos de água disponível””.</i>	
		(...) toda a informação do relatório que teve por base o PGRH diz respeito ao 2.º ciclo de planeamento, contudo, os PGRH de 3.º ciclo já se encontram aprovados e a respetiva informação já é do conhecimento público há bastante tempo, pelo que o relatório em análise deveria ser reformulado de forma a contemplar esta nova informação e que, em algumas temáticas, como por exemplo o estado das massas de água subterrâneas na área de estudo, é bastante diferente da existente no 2.º Ciclo.	Foi dado cumprimento ao referido.
		Toda a informação apresentada no documento deve ser revista tendo em conta o Parecer da APA anteriormente emitido e o Plano de Gestão de Região Hidrográfica 3º ciclo.	As alterações ao nível do RFCD foram integradas ao nível do RAP. O PGRH do 3º ciclo constitui uma fonte de informação no âmbito da caracterização dos Recursos Hídricos.
		No que se refere às águas subterrâneas há ainda a referir o seguinte: • Na identificação das zonas protegidas contempladas na Diretiva Quadro da Água e na Lei da Água (Tabelas 19 e 20), mais concretamente na zona protegida para a produção de água para consumo humano, apenas é feita referência às águas superficiais, contudo, trata-se de uma zona protegida que também é aplicada às águas subterrâneas e que faz com que toda a área de estudo seja considerada como zona protegida.	Foi completada com a informação referida.
		• A frase “A área de estudo abrangida pela RH6 não interseja zonas de captação de água subterrânea”, existente na página 80, não se encontra correta dado que todas as massas de água subterrânea existentes na área de estudo são consideradas zonas protegidas para a produção de água para consumo humano.	A frase foi retirada do Anexo 4 – SCA.
		• Há capítulos, como por exemplo 1.5.3 (Estado das massas de águas) e 1.5.4 (Balanço Hídrico) cujo conteúdo é apenas relativo às águas superficiais, não existindo qualquer referência às águas subterrâneas.	Na caracterização apresentada no anexo 4 estão caracterizadas as águas subterrâneas.
		• No capítulo 1.10.2 (Área máxima beneficiada com recurso a águas subterrâneas) são efetuadas considerações sobre um eventual estado de sobre-exploração ou não das massas de água Aluviões do Tejo, bacia do Tejo-Sado/margem Esquerda e bacia do Tejo-Sado/margem Direita, com base em modelos numéricos construídos no âmbito	No presente RAP a caracterização das massas de água subterrâneas encontra-se desenvolvida no anexo 4 e teve por base os PGRH do 3º ciclo.

## Fase 2 – Relatório Ambiental Preliminar

### AValiação Ambiental Estratégica do Estudo de Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

Entidade	Data	Principais aspetos focados nos Pareceres do RFCD (março 2024) – Fase 1 da AAE	Tradução no RAP (abril 2024) - Fase 2 da AAE
		da Memória Descritiva e Justificativa (setembro 2023), contudo, desconhece-se o teor desse documento assim como a informação utilizada e parâmetros de definição dos referidos modelos numéricos. Cita-se a título de exemplo que é referido o estado de sobre-exploração para a massa de água Aluviões do Tejo, contudo, esta encontra-se em bom estado quantitativo no PGRH 3.º Ciclo e no último relatório de Monitorização Agrometeorológica e Hidrológica, datado de 31-03-2024 não faz parte da lista de massas de água em estado crítico.	
		Tendo em conta o exposto anteriormente também a SWOT apresentada na Tabela 3 deve ser revista tendo em conta o parecer da APA anteriormente emitido e o Plano de Gestão de Região Hidrográfica 3º ciclo, nomeadamente no que se refere ao estado das massas de água superficiais que aparecem quer como força, quer como fraqueza.	Foi dado cumprimento ao referido.
		Importa referir que nas fraquezas não está contemplada a informação relativa às massas de água subterrânea que estão: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Em risco do ponto de vista quantitativo, devido à descida dos níveis, sendo que nesta área não é possível a emissão de novos TURH para rega.</li> <li>• Com estado químico medíocre devido ao parâmetro fósforo, associado à agricultura e pecuária.</li> </ul>	Foi dado cumprimento ao referido.
		Quanto às forças, verifica-se que, por um lado, não são mencionadas as tendências esperadas em cenários de alterações climáticas, nomeadamente para o cenário RCP 8.5, o cenário mais desfavorável, a médio prazo, 2041-2070, em que é expectável a diminuição da precipitação, aumento da temperatura, subida do nível médio do mar, maior frequência de seca.	Foi dado cumprimento ao referido.
		A afirmação “A situação da bacia do Tejo, que é a maior bacia da área de estudo, e a mais favorável para qualquer cenário simulado, tendo falhas frequentes apenas no cenário de mudança climática” constituir uma força está errado, dado que o projeto estará em funcionamento em pleno cenário de alterações climáticas, em que que é expectável a diminuição da precipitação, aumento da temperatura, subida do nível médio do mar, maior frequência de seca.	Foi dado cumprimento ao referido.
		Atendendo ao estado das massas de água do 3º ciclo na área abrangida pelo projeto e ao facto de ao longo dos vários ciclos de planeamento não se ter verificado uma melhoria expressiva do estado das massas de água, não se pode considerar que constituem pontos fortes os seguintes: <ul style="list-style-type: none"> <li>• “Na zona mais a nordeste da área de estudo as águas dos rios classificam-se maioritariamente com estado ecológico bom.”</li> </ul>	Foi dado cumprimento ao referido.

## Fase 2 – Relatório Ambiental Preliminar

### AValiação Ambiental Estratégica do Estudo de Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

Entidade	Data	Principais aspetos focados nos Pareceres do RFCD (março 2024) – Fase 1 da AAE	Tradução no RAP (abril 2024) - Fase 2 da AAE
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• “No que respeita ao estado químico das massas de água da área de estudo este está classificado como bom para uma parte significativa das massas de água dos rios”</li> </ul>	
		<p>Atendendo que no parecer da APA é referido o seguinte:</p> <p><i>“os resultados estão condicionados pela opção de não utilização de dados das estações meteorológicas do SNIRH, pelo curto período de análise, apenas de 2000 a 2015, e ainda, por ter sido excluído da análise o período mais recente, onde se observaram diversos anos secos”</i></p> <p><i>“Tendo em conta que o estudo foi elaborado em 2023, a conclusão abaixo não está correta, uma vez que se refere ao período de 2000 até 2015, que não corresponde ao período mais recente. Não é possível afirmar que” ...há uma evolução positiva em termos de água disponível” sem ser com base na análise de séries longas e até ao presente. A avaliação de tendência na precipitação deve ser suportada em séries de dados longas, caso contrário não é válida qualquer conclusão sobre a água disponível, não se podendo aceitar a conclusão seguinte: “...Avaliando a evolução temporal, verifica-se que, na região metropolitana de Lisboa, que inclui os municípios de Mafra, Loures, Vila Franca de Xira, Alcochete e Palmela, a precipitação mensal acumulada é maior no período mais recente, evidenciando uma evolução positiva em termos de água disponível.””</i></p>	
		Não se pode aceitar como um ponto forte “A precipitação acumulada média anual no Vale do Tejo e Oeste aumentou 12,3% do período de 1971-2000 para o período de 2000-2015, evidenciando uma evolução positiva em termos de água disponível”.	Foi dado cumprimento ao referido.
		A Questão Estratégica QE2 não devia focar-se apenas nas massas de água abrangidas pela Zona Vulnerável do Tejo, mas sim em todas as massas de água da área em estudo.	Foi mantido atendendo aos pressupostos/ Programa do Estudo
		Deveria ser incluída uma nova Questão Estratégica com vista à identificação de todas as utilizações dos recursos hídricos que são utilizadas para a agricultura, licenciadas ou não, e respetivos volumes anuais captados, permitindo assim perceber o real impacto desta atividade nas massas de água superficiais e subterrâneas da área de estudo.	O referido foi em termos gerais efetuado no âmbito do Estudo sendo transversal as várias Questões Estratégicas.
		Deve ainda ser considerada uma nova Questão Estratégica relativa à garantia dos objetivos ambientais estabelecidos no artigo n.º 4 da Diretiva Quadro da Água (Diretiva n.º 2000/60/CE, de 23 de outubro) e nos artigos 46.º, 47.º e 48.º da Lei da Água, Lei n.º 58/2005 de 29 de dezembro.	<p>O referido foi em termos gerais efetuado no âmbito do Estudo sendo transversal as várias Questões Estratégicas, e foi abordado no âmbito da avaliação do Projeto.</p> <p>Os objetivos ambientais da DQA encontram-se vertidos nos PGRH, que foram integrados no QRE.</p>

## Fase 2 – Relatório Ambiental Preliminar

### AValiação Ambiental Estratégica do Estudo de Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

Entidade	Data	Principais aspetos focados nos Pareceres do RFCD (março 2024) – Fase 1 da AAE	Tradução no RAP (abril 2024) - Fase 2 da AAE
		No sentido de robustecer o QRE deve ser consultado a Parte 4   Cenários Prospetivos. ANEXO I – Principais instrumentos de políticas públicas setoriais. Maio   2023, do PGRH do Tejo e Oeste 2022-2027).	Foi dado cumprimento ao referido.
		Relativamente aos indicadores de avaliação dos FCD (Tabela 10) deviam ser consideradas todas as captações e não apenas o número de captações novas com TURH.	Os indicadores de avaliação foram revistos e no RAP foram propostos indicadores de monitorização é proposta a monitorização ao nível dos consumos.
		No que se refere ao indicador “Evolução do estado das massas de água (Estado)”, julga-se que este deve ser desagregado nos seguintes: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Indicador: Evolução do estado das massas de água (Estado) superficiais na área de influência do Projeto (massas de água intercetadas pelo projeto ou a localizadas a jusante destas).</li> <li>• Indicador: Evolução do estado das massas de água (Estado) subterrâneas intercetadas pelo Projeto.</li> <li>• Indicador: Massas de água na área de influência do Projeto (massas de água intercetadas pelo projeto ou a localizadas a jusante destas) com estado inferior a Bom, em que a pressão significativa pertence ao sector agropecuário.</li> <li>• Indicador: Medidas constantes dos Plano de Região Hidrográfica para o setor agropecuário implementadas nas massas de água intercetadas pelo projeto ou localizadas a jusante destas (n.º de medidas).</li> <li>• Indicador: Aumento da salinidade na massa de água do rio Tejo mediatamente a montante do estuário do Tejo (%).</li> </ul>	Os indicadores de avaliação foram revistos e no RAP foram propostos indicadores de monitorização.
		No que se refere ao indicador “Infraestruturas com Regimes de Caudais Ecológicos implementados (n.º)” este deve ter a seguinte redação: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Indicador: Infraestruturas na área do Estudo com Regimes de Caudais Ecológicos implementados eficazes (n.º)”</li> </ul>	Foi dado cumprimento ao referido.
		E deve ser acrescentado o seguinte indicador: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Indicador: Infraestruturas com Passagens para Peixes eficazes na área do Estudo (n.º).</li> </ul>	Dada a abrangência do Estudo não se considera relevante.
		Não está claro qual é a relação dos seguintes indicadores com o Estudo em análise, nem o que se pretende avaliar com este: “Ações de requalificação ambiental dos recursos hídricos (n.º)”.	Foi retirada a referência indicada.
		No que diz respeito ao critério “Solos”, deve ser incluído um indicador que avalie a salinização dos solos.	Dada a abrangência do Estudo não se considera relevante.

## Fase 2 – Relatório Ambiental Preliminar

### AValiação Ambiental Estratégica do Estudo de Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

Entidade	Data	Principais aspetos focados nos Pareceres do RFCD (março 2024) – Fase 1 da AAE	Tradução no RAP (abril 2024) - Fase 2 da AAE
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Indicador: Área ocupada por solos em que se verificou um aumento da sua salinidade medida através: (i) a condutividade elétrica (CE), que estima o teor de sais solúveis no solo ou na solução do solo; (ii) a razão de adsorção de sódio (SAR), que avalia a capacidade da solução do solo e da água de rega trocarem sódio com o solo.</li> </ul>	
		Relativamente ao critério “Serviços dos ecossistemas”, o que se entende por “nº” de serviços de ecossistemas?	Foi retirada a referência indicada.
		<p>É proposto o indicador “Superfície agrícola utilizada que beneficia de apoios para a agricultura biológica, discriminada entre manutenção e conversão (%)”, ou seja, a agricultura biológica só é possível se beneficiar de apoios? Julga-se de acrescentar o seguinte indicador:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Indicador: Superfície agrícola utilizada em que foi adotado o modo de produção biológica (%)</li> </ul>	Foi dado cumprimento ao referido.
		Quanto ao FCD 3 – Desenvolvimento Territorial, Investimento Público e Modelo Económico, não está claro de qual é a relação entre o indicador Medidas constantes dos Planos Diretores Municipais (PDM) e dos Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT), em matéria de proteção e gestão dos recursos hídricos, adotadas (n.º de medidas) e o Plano em análise, pelo que se considera que deve ser retirado.	Foi dado cumprimento ao referido.
		<p>Deve ser incluído o seguinte indicador comum ao FCD 1 – Recursos Naturais e biodiversidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Indicador: Medidas constantes dos Plano de Região Hidrográfica para o setor agropecuário implementadas nas massas de água intercetadas pelo projeto ou localizadas a jusante destas (n.º de medidas)</li> </ul>	Os indicadores do RFCD foram revistos tendo sido eliminados os referentes ao sector Agropecuário.
		<b>2.4 Regime Jurídico de Prevenção de Acidentes Graves</b>	
		Tendo por base os concelhos abrangidos por este Estudo refere-se que a março de 2024 estão identificados pela APA na sua página eletrónica ( <a href="https://apambiente.pt/sites/default/files/_SNIAMB_Prevencao_gestao_riscos/PAG/Site_Seveso_Dados_publico.xlsx">https://apambiente.pt/sites/default/files/_SNIAMB_Prevencao_gestao_riscos/PAG/Site_Seveso_Dados_publico.xlsx</a> ) no Distrito de Castelo Branco um estabelecimento de nível inferior, no Distrito de Santarém 13 estabelecimentos de nível inferior, no Distrito de Leiria dois estabelecimentos de nível inferior, no Distrito de Lisboa 6 estabelecimentos de nível inferior e 5 de nível superior e no Distrito de Setúbal um estabelecimento de nível inferior e um estabelecimento de nível superior (ver tabela infra). (Tabela seguinte)	Os estabelecimentos Seveso foram analisados no âmbito do RAP.

## Fase 2 – Relatório Ambiental Preliminar

### AValiação Ambiental Estratégica do Estudo de Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

Entidade	Data	Principais aspetos focados nos Pareceres do RFCD (março 2024) – Fase 1 da AAE	Tradução no RAP (abril 2024) - Fase 2 da AAE
		Compete à APA, promover a prevenção de acidentes graves ao nível dos instrumentos de planeamento e uso do solo, segundo o regime de prevenção de acidentes graves (cf. al. a) do art.º 4.º do RPAG). No âmbito do ordenamento do território devem ser mantidas distâncias de segurança adequadas entre os estabelecimentos abrangidos pelo RPAG e as zonas residenciais, locais de utilização pública, vias de comunicação e zonas ambientalmente sensíveis (cf. n.º 1 do art.º 7.º).	-
		Sugere-se a inclusão de um indicador adicional, relativo ao RGPAG, com a seguinte descrição: • n.º de estabelecimentos sujeito ao regime de acidentes graves com substâncias perigosas para o ambiente.	Essa informação vem indicada no Estudo.
		<b>Conclusões:</b>	
		“é de relevar o potencial contributo do estudo no contexto da adaptação às alterações climáticas.”	-
		Deve ser igualmente considerado o parecer anteriormente emitido pela APA, em fevereiro de 2024.	Foi considerado.
<b>Câmara Municipal da Azambuja (CM Azambuja)</b>	18/07/2024	Parecer favorável.	-
<b>Câmara Municipal da Batalha (CM Batalha)</b>	21/06/2024	O Quadro de Referência Estratégico faz referência à generalidade dos documentos nacionais e regionais em vigor com relevância para o Estudo de Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste, não sendo referenciados os instrumentos de gestão territorial locais, nomeadamente, os Planos Diretores Municipais.	Dado o elevado número de concelhos abrangidos considerou-se inviável considerar a totalidade dos PDM's no âmbito do QRE.
<b>Câmara Municipal da Chamusca (CM Chamusca)</b>	01/07/2024	(...) não se verificam indicadores de controlo da qualidade da água ou avaliação sobre medidas de prevenção da contaminação do solo, no caso de eventual deteção de substâncias nocivas. Portanto sugere-se que a avaliação sobre a valorização dos recursos hídricos para a agricultura se desenvolva a par do reforço da monitorização da qualidade da água, por parte da autoridade nacional da água.	Já se encontram incorporados indicadores de controlo da qualidade da água que foram complementados.
		Sugere-se também que seja tido em conta a reposição dos cursos de água entretanto eliminados pela ação das atividades económicas, nomeadamente, agrícolas.	A afetação dos cursos de água e respetiva vegetação ripícola foi um aspeto analisado no âmbito da AAE apresentada.

## Fase 2 – Relatório Ambiental Preliminar

### AValiação Ambiental Estratégica do Estudo de Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

Entidade	Data	Principais aspetos focados nos Pareceres do RFCD (março 2024) – Fase 1 da AAE	Tradução no RAP (abril 2024) - Fase 2 da AAE
		Dos FDC está omissa a referência ao Sistema de Informação de Regadio, sobretudo sobre os Regadios Potenciais, nomeadamente o Regadio Potencial do Pinheiro Grande e Carregueira (LVT14), com cerca de 1 700 hectares, que consta do Estudo “Regadio 20 30 – Levantamento do Potencial de Desenvolvimento do Regadio de Iniciativa Pública no Horizonte de uma Década”, de 2021.	O Quadro de Referência Estratégico inclui o Programa Nacional de Regadios, aprovado em 2018 e prorrogado até 2028. A Estratégia para o Regadio 2030 não foi ainda aprovada pelo que não foi incluída no QRE.
		Entende-se que o desenvolvimento deste estudo deveria ter em conta um âmbito mais vasto de estudos desenvolvidos e que já estabelecem objetivos e potenciais sinergias e/ou conflitos, para a mesma área geográfica, para além dos referidos no QRE.	No QRE foram incluídos todos os documentos de índole estratégica relevantes no contexto do Estudo em análise, considerando os seus objetivos estratégicos e potenciais efeitos ambientais.
<b>Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere (CMFZ)</b>	01/07/2024	Parecer favorável.	-
<b>Câmara Municipal da Golegã (CM Golegã)</b>	01/07/2024	Parecer favorável.	-
<b>Câmara Municipal de Mafra (CM Mafra)</b>	_/_/2024	<b>2. Enquadramento legal</b>	
		Sobre o Enquadramento Legal importa referir que o relatório deverá fazer referência à legislação atual sobre os IGT, designadamente o DL 80/2015, 14/05, que revogou o DL 380/99.	Foi dado cumprimento ao referido.
		<b>3. Objetivos e metodologia da avaliação ambiental</b>	
		(...) dever-se-á ter em atenção que se está perante um estudo e não um plano ou programa, pelo que deverá ser feita referência para esse documento.	Foi dado cumprimento ao referido.
		Julga-se de ponderar nesta fase outros documentos estratégicos de nível intermunicipal e municipal, o que permitirá uma abordagem “BOTTOM-UP”, designadamente o Plano de Ação Climática Municipal de Mafra e o Plano Estratégico de Reabilitação de Linhas de Água, o que permitirá um enquadramento mais equilibrado do Estudo de Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste.	Foram considerados ao Planos de âmbito intermunicipal, nomeadamente o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Lezíria do Tejo, o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Médio Tejo e o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Oeste.
		<b>4. Objetivos de avaliação</b>	

## Fase 2 – Relatório Ambiental Preliminar

### AValiação Ambiental Estratégica do Estudo de Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

Entidade	Data	Principais aspetos focados nos Pareceres do RFCD (março 2024) – Fase 1 da AAE	Tradução no RAP (abril 2024) - Fase 2 da AAE
		Julga-se de destacar o aumento populacional do concelho de Mafra, na última década censitária, tendo sido o concelho com maior aumento populacional proporcionalmente, o que terá implicações no próximo ciclo de planeamento.	No RAP as questões relativas à demografia foram retiradas.
		(...) julga-se de extrema importância a avaliação dos planos municipais referidos, designadamente o Plano de Ação Climática Municipal de Mafra e o Plano Estratégico de Reabilitação de Linhas de Água, que trará melhores contributos para este estudo.	Dado o elevado número de concelhos abrangidos considerou-se inviável considerar a totalidade dos PDM's no âmbito do QRE.
		<b>5. Diagnóstico preliminar</b>	
		Poderia ser interessante avaliar algumas situações do ponto de vista das áreas de distrito, considerando que o território é bastante vasto e apresenta situações muito dispares.	
		<b>6. Fatores críticos para a decisão</b>	
		(...) julga-se de ponderar outros documentos estratégicos de nível intermunicipal e municipal, os quais poderiam permitir uma análise “BOTTOM-UP”, e não exclusivamente “BOTTOM-DOWN”, como a apresentada, designadamente e no caso de Mafra, o Plano de Ação Climática Municipal ( <a href="https://we.tl/t-zX92L7dhk7">https://we.tl/t-zX92L7dhk7</a> ) e o Plano Estratégico de Reabilitação de Linhas de Água ( <a href="https://we.tl/t-ynROAf4dSN">https://we.tl/t-ynROAf4dSN</a> ).	Foi dado cumprimento parcialmente ao referido.
		A definição dos FCD poderia beneficiar de uma estrutura de consulta mais participativa de possíveis entidades envolvidas e atores locais, designadamente através de workshops WIN-WIN que promovessem o projeto e articulassem os diferentes interesses, para além dos períodos de consulta legalmente instituídos.	Não foi possível acolher a referida sugestão a nível dos FCD.
Câmara Municipal da Nazaré (CM Nazaré)	18/06/2024	<b>8. Cabe ainda deixar uma pequena anotação à página 41, onde se deve retificar a palavra ‘preliminar’.</b> Conforme referido anteriormente, a avaliação ambiental estratégica beneficiaria de uma estrutura de consulta mais participativa de possíveis entidades envolvidas e vários atores locais, de modo a promover o projeto e articular diferentes interesses.	Foi dado cumprimento ao referido.
			-
Câmara Municipal de Santarém (CM Santarém)	15/07/2024	Da análise dos objetivos do estudo VAREHA – Tejo e Oeste, considera-se que deve incluir os seguintes: – Avaliação da capacidade de recarga do aquífero subterrâneo face à estimativa de extração futura;	Foi dado cumprimento parcialmente ao referido.



## Fase 2 – Relatório Ambiental Preliminar

### AValiação Ambiental Estratégica do Estudo de Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

Entidade	Data	Principais aspetos focados nos Pareceres do RFCD (março 2024) – Fase 1 da AAE	Tradução no RAP (abril 2024) - Fase 2 da AAE
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Eventuais impactes na qualidade da água especialmente nas zonas de proteção especial de Nitratos;</li> <li>Avaliação do potencial de utilização de águas residuais tratadas;</li> </ul> <p>Análise de soluções que contribuam para a eficiência hídrica que deverão ser implementadas para melhorar a gestão da água e restaurar ecossistemas fluviais.</p>	
		<p>No âmbito da “Cenarização” é efetuada a avaliação dos balanços entre disponibilidades e necessidades de água, para diversos tipos de consumos, dentro de uma bacia hidrográfica. Neste ponto considera-se que a avaliação das situações futuras deverá considerar não só a disponibilidade e necessidades hídricas, mas os impactes na qualidade da água, bem como os efeitos que poderão advir na proliferação das espécies exóticas e invasoras aquáticas.</p>	Foi dado cumprimento ao referido.
		<b>FCD 1 – Recursos Naturais e Biodiversidade</b>	
		<p>Nos Indicadores do Critério de Avaliação “Qualidade dos Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos” considera-se que:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Deverão ser registadas as captações com TURH existentes (não somente as novas) com a contabilização do volume de extração.</li> <li>A evolução do estado das massas de água deverá ser avaliada em termos quantitativos e qualitativos (químico e ecológico).</li> <li>As ações de requalificação ambiental dos recursos hídricos deverão ser contabilizadas não só em termos de número de ações, mas em área intervencionada.</li> <li>Deverá ser incluído a quantificação do volume de águas residuais tratadas reutilizadas.</li> </ul>	<p>Os indicadores de avaliação foram revistos no âmbito do RAP.</p> <p>Adicionalmente foram propostos indicadores de monitorização para seguimento da implementação do estudo. Neste âmbito, foram parcialmente acolhidas as sugestões de indicadores.</p>
		No critério de avaliação dos Solos deverá ser efetuada a avaliação da evolução da área agrícola de sequeiro e a área agrícola de regadio, bem como a área de produção intensiva e produção extensiva.	Foi dado cumprimento parcial ao referido.
		No critério de avaliação da Biodiversidade o indicador respeitante às “Ações de conservação e valorização dos sistemas ecológicos” deverá contabilizar na área intervencionada, a diversidade de espécies autóctones, de espécies endêmicas e de espécies ameaçadas. Deverá ainda ser efetuada a avaliação da evolução da área ocupada por espécies exóticas invasoras e seu impacto sobre a diversidade local.	Foi dado cumprimento parcial ao referido.
		No indicador “Serviços dos ecossistemas” deverá ser considerada a avaliação da área da galeria ripícola restaurada com espécies autóctones (área do domínio hídrico restaurada).	Os indicadores foram revistos e o referido indicador foi substituído por outros que se consideraram mais pertinentes.

## Fase 2 – Relatório Ambiental Preliminar

### AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Entidade	Data	Principais aspetos focados nos Pareceres do RFCD (março 2024) – Fase 1 da AAE	Tradução no RAP (abril 2024) - Fase 2 da AAE
		<b>FCD 2 – Riscos e Vulnerabilidades</b>	
		No Critério de Avaliação “Riscos Naturais e Alterações Climáticas” considera-se que deve ser avaliado o número de infraestruturas de retenção de águas pluviais (charcas/depósitos de água) bem como estimativa da capacidade de armazenamento.	Não se considerou relevante.
		<b>FCD 3 – Desenvolvimento Territorial, Investimento Público e Modelo Económico</b>	
		Nos indicadores respeitantes ao Critério de Avaliação do Ordenamento do Território deverá ser considerado: a avaliação das necessidades de consumo (setor urbano, setor pecuário, setor agrícola, atividades industriais, produção de energia, caudal ecológico).	Foi dado cumprimento ao referido no FCD1.
<b>Câmara Municipal de Salvaterra de Magos (CMSM)</b>	20/06/2024	Parecer favorável.	-
<b>Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão (CMVVR)</b>	28/06/2024	Foram identificadas algumas incorreções no texto do relatório que necessitam de verificação e correção, nomeadamente uma referência errónea à variação populacional na página 26 e duplicidade de menções a Torres Vedras em detrimento de Torres Novas na tabela 2 (páginas 26 e 27).	Foram realizadas as correções referidas, assim como foi retirada a informação duplicada.
<b>Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, I.P. (CCDRC)</b>	27/06/2024	Para cada FCD foram definidos objetivos de avaliação e os respetivos indicadores, acompanhados das respetivas unidades de medida, contudo, não foram associados a periodicidade de aquisição dos dados e a fonte da informação que alimentará a avaliação do Plano, sem descuidar a indicação dos valores de referência e a indicação das metas a atingir periodicamente, lacuna que deverá ser colmatada.	Os indicadores de avaliação foram revistos e no RAP foram propostos indicadores de monitorização.
		Por outro lado, devem ser avaliados os efeitos das propostas do Plano com base em indicadores que devem ser fáceis de obter, expressivos para o que se pretende avaliar, permitindo avaliar a forma como decorrerá a aplicação do Plano e quais os seus efeitos de curto e de médio/longo prazo. Nessa medida, sugere-se que sejam adotados indicadores de processo (ou de desempenho ou de realização, que permitam dar resposta à forma como decorre a implementação do VAREHA Tejo e Oeste), indicadores de resultado (para permitir perceber os efeitos imediatos do VAREHA Tejo e Oeste) e indicadores de impacto (para perceber os efeitos de médio/longo prazo do VAREHA Tejo e Oeste ).	Os indicadores de avaliação foram revistos e no RAP foram propostos indicadores de monitorização.

## Fase 2 – Relatório Ambiental Preliminar

### AValiação Ambiental Estratégica do Estudo de Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

Entidade	Data	Principais aspetos focados nos Pareceres do RFCD (março 2024) – Fase 1 da AAE	Tradução no RAP (abril 2024) - Fase 2 da AAE
		O documento apenas identifica as Entidades com responsabilidades Ambientais Específicas consideradas, não apresentando um quadro de governança para a ação, instrumento fundamental para o sucesso dos procedimentos de AAE, já que aqui deverão ser identificadas as responsabilidades institucionais dos vários intervenientes e em todo o processo de implementação do próprio Plano. Neste sentido, sugere-se que no desenvolvimento das fases subsequentes ao RFCD se contemple um mecanismo destinado a garantir o cumprimento dos objetivos definidos para cada FCD, bem como a concretização e ou o ajustamento das diretrizes que vierem a ser propostas.	Foi dado cumprimento ao referido.
		Neste âmbito, temos ainda a assinalar que as referências que eventualmente venham a ser efetuadas à CCDRC não deverão extravasar as atribuições que lhe estão cometidas, designadamente as estabelecidas no Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26/05, na Portaria n.º 405/2023, de 5/12 e na Deliberação n.º 538/2024, de 22/04.	-
		Realça-se ainda que a partir do dia 1 de março de 2024 a antiga Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro foi integrada na CCDRC, IP.	Foi dado cumprimento ao referido.
		Na página 100 do Relatório, primeiro parágrafo, a área de estudo total apresentada foi de 1 166 790 ha, o que contaria a medição digital da área de estudo total, efetuada tendo como base o somatório das áreas dos concelhos e da freguesia (CAOP 2022) integrados na Área de Estudo, área essa que é de 1 147 930 ha. Desta forma, no 1º parágrafo da página 100, o valor da área deverá ser alterado de 1 166 790 ha para 1 147 930 ha.	O comentário refere-se à informação constante no Estudo, e no RAP já não consta.
<b>Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. (CCDRLVT)</b>	01/07/2024	<p>O QRE apresenta uma diversidade de documentos aceitável nos âmbitos internacional, nacional e regional/intermunicipal. Contudo, apresenta algumas ausências no que diz respeito aos documentos cujas orientações valerá a pena considerar nestes âmbitos. Destas lacunas poderá resultar uma análise que enquadre de forma deficitária os FCD.</p> <p>Adicionalmente, o QRE não distingue, no contexto internacional, o âmbito global do europeu.</p> <p>Recomenda-se a separação dos documentos considerados de âmbito global dos que correspondem ao âmbito europeu e ainda o enriquecimento do QRE através da eventual inclusão de documentos adicionais, como, por exemplo:</p> <p><b>No âmbito global:</b></p> <p>1) Convenção para a proteção do Património mundial, cultural e natural (Recomendação de Paris);</p>	<p>Foi dado cumprimento ao referido.</p> <p>Dada a necessidade de limitar a 30 o número total de Planos a integrar no QRE, foram acrescentados alguns dos documentos propostos.</p>

## Fase 2 – Relatório Ambiental Preliminar

### AValiação Ambiental Estratégica do Estudo de Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

Entidade	Data	Principais aspetos focados nos Pareceres do RFCD (março 2024) – Fase 1 da AAE	Tradução no RAP (abril 2024) - Fase 2 da AAE
		<p>2) Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias Pertencentes à Fauna Selvagem (Convenção de Bona);</p> <p>3) Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB);</p> <p>4) Convenção sobre as Zonas Húmidas de Importância Internacional (Convenção de Ramsar);</p> <p>5) Declaração de Sendai e Quadro para a Redução do Risco de Desastre 2015-2030;</p> <p>6) Princípios ICOMOS-IFLA sobre as paisagens rurais como património.</p> <p><b>No âmbito europeu:</b></p> <p>1) Biodiversidade 2030 — Nova Agenda para a Conservação em contexto de Alterações Climáticas;</p> <p>2) Convenção Europeia da Paisagem (CEP);</p> <p>3) Convenção relativa à Conservação da Vida Selvagem e dos Habitats Naturais da Europa (Convenção de Berna);</p> <p>4) Diretiva 2000/60/CE "Diretiva-Quadro da Água";</p> <p>5) Estratégia de Proteção do Solo da UE para 2030;</p> <p>6) Estratégia Europeia para a Biodiversidade 2030;</p> <p>7) Pacto Ecológico Europeu.</p> <p><b>No âmbito nacional:</b></p> <p>1) Estratégia Nacional para as Florestas 2030;</p> <p>2) Plano de Ação de Portugal para a Rede Portuguesa para as Reservas da Biosfera 2018-2025;</p> <p>3) Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2020 (PENSAAR 2020);</p> <p>4) Programa de Transformação da Paisagem (PTP);</p> <p>5) Programa de Valorização do Interior;</p> <p>6) Programa Nacional de Ação do Plano Nacional da Gestão Integrada dos Fogos Rurais;</p> <p>7) Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água 2012-2020 (PNUEA 2012-2020).</p> <p><b>No âmbito regional:</b></p> <p>1) Estratégias Regionais;</p> <p>2) Estratégias Regionais de Especialização Inteligente (RIS3);</p> <p>3) Planos Regionais de Eficiência Hídrica;</p> <p>4) Programas Regionais de Ação da Gestão Integrada dos Fogos Rurais.</p>	

## Fase 2 – Relatório Ambiental Preliminar

### AValiação Ambiental Estratégica do Estudo de Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

Entidade	Data	Principais aspetos focados nos Pareceres do RFCD (março 2024) – Fase 1 da AAE	Tradução no RAP (abril 2024) - Fase 2 da AAE
		A metodologia apresentada merece na generalidade concordância, devendo aferir-se o enquadramento das ações, novas ou de manutenção e incluindo todas as necessárias à atividade (infraestruturas, construções, etc), no disposto no Anexo II do RJREN bem como uma avaliação da afetação das tipologias associadas às diversas tipologias de REN.	
		Não se entende, porém, a escolha dos concelhos pois Nazaré, contrariamente ao referido, não tem REN aprovada e Benavente e Loures não são os concelhos com delimitação mais recente. Nestes termos deverão também ter-se presentes as delimitações em vigor para o concelho de Mafra, Constância, Ourém, Lourinhã e Alcanena bem como outras que, entretanto, vierem a ser publicadas (prevê-se a muito curto prazo a entrada em vigor da REN Tomar).	A presente questão aplica-se ao Estudo elaborado.
		Relativamente ao FCD 1, a afetação dos recursos hídricos subterrâneos deve incluir uma abordagem do ponto de vista da sua qualidade e da capacidade de recarga. Tão importante como a quantidade de água utilizada é a aferição do balanço entre consumo e disponibilidades, garantindo a manutenção dos recursos hídricos renováveis disponíveis. Não deverá apenas aferir-se o número de novas captações, mas a sua evolução, e a efetiva disponibilidade do aquífero, assegurando a sua não sobreexploração.	Foi dado cumprimento ao referido. Mais se informa que no âmbito do Estudo não vão existir captações subterrâneas.
		Esta análise deve ser alargada às intervenções diretamente associadas à atividade (infraestruturas, construções) bem como a eventuais usos que se venham a admitir como complementares/compatíveis. - assegurar a sustentabilidade dos ecossistemas aquáticos e da biodiversidade dependentes da água subterrânea, com particular incidência na época de estio; - assegurar a funcionalidade hidráulica e hidrológica dos cursos de água e a drenagem dos terrenos confinantes, com controlo dos processos de erosão fluvial, através da manutenção da vegetação ripícola; - promover a redução da perda de solo, diminuindo a colmatção dos solos a jusante e o assoreamento das massas de água. - equacionar a gestão de resíduos resultantes das práticas agrícolas. - se aplicável avaliar a afetação dos processos de dinâmica costeira e estuarina.	
		Relativamente ao FCD 2, é proposto o indicador “Massas de água potencialmente afetadas por descargas acidentais (n.º)” considera-se que seria mais adequado quantificar as “Massas de água” em termos de volume (m³/ano).	Foi dado cumprimento ao referido.
		Relativamente ao FCD 3 são propostos os seguintes indicadores:	Foi dado cumprimento ao referido.

## Fase 2 – Relatório Ambiental Preliminar

### AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Entidade	Data	Principais aspetos focados nos Pareceres do RFCD (março 2024) – Fase 1 da AAE	Tradução no RAP (abril 2024) - Fase 2 da AAE
		- Medidas constantes dos Planos Diretores Municipais (PDM) e dos Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT), em matéria de proteção e gestão dos recursos hídricos, adotadas (n.º de medidas), recomenda-se que este indicador seja relacionado com a proporção da execução dessas medidas.	
		No FCD 3 deverá ser integrada uma avaliação da REN na perspetiva de condicionante legal.	Foi dado cumprimento ao referido.
		Deverá o Relatório Ambiental ser desenvolvido no sentido de incluir a apreciação da proposta nos termos do anteriormente referido, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> <li>como uma restrição de utilidade pública, concluindo quanto à adequação das propostas face ao estabelecido neste regime.</li> <li>uma avaliação das ações, diretas e indiretas, face aos objetivos inerentes às tipologias em presença.</li> </ul> Por sua vez os indicadores devem ser quantificáveis, com definição das respetivas metas.	Os indicadores de avaliação foram revistos e no RAP foram propostos indicadores de monitorização.
		No âmbito da REN, considera-se que deve ser integrada no Relatório Ambiental a seguinte questão: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Licenciamento de projetos agrícolas e/ou infraestruturas de rega (n.º) recomenda-se que este indicador seja relacionado com a dimensão (ha) desses projetos agrícolas e/ ou infraestruturas de rega.</li> </ul>	Os indicadores de avaliação foram revistos e no RAP foram propostos indicadores de monitorização.
		Sobre os Fatores Críticos, Critérios de avaliação, Indicadores de análise, apresentados no presente RFCD, verificou-se que não constam objetivos precisos, nem indicadores aritméticos inequívocos, nem metas precisas, nem prazos de aferição do progresso, nem prazos para atingir essas metas, o que deverá ser colmatado em sede de Relatório Ambiental.	Os indicadores de avaliação foram revistos e no RAP foram propostos indicadores de monitorização.
		Nos critérios e indicadores de medida estabelecidos para cada um dos FCD importa aprofundar a designação e o conteúdo, estabelecer métrica parametrizada e evolutiva e estabelecer metas que permitam monitorizar e avaliar as QE/FA e os FCD na fase de implementação do Estudo.	Os indicadores de avaliação foram revistos e no RAP foram propostos indicadores de monitorização.
		No contexto do Critério de Avaliação “Socioeconomia” recomenda-se que sejam previstos também objetivos que permitam avaliar os impactos positivos ou negativos noutras atividades económicas, relevantes na região de estudo, que não estejam necessariamente ligadas à disponibilidade de recursos hídricos, mas que possam, de qualquer das formas, ser impactadas.	Foi dado cumprimento ao referido..

## Fase 2 – Relatório Ambiental Preliminar

### AValiação Ambiental Estratégica do Estudo de Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

Entidade	Data	Principais aspetos focados nos Pareceres do RFCD (março 2024) – Fase 1 da AAE	Tradução no RAP (abril 2024) - Fase 2 da AAE
		Recomenda-se também que, para este Critério de Avaliação “Socioeconomia”, sejam atribuídos indicadores adicionais (para além dos três já incluídos), relacionados com as demais atividades económicas.	Foi dado cumprimento ao referido.
		Para o Quadro de Governança na identificação dos agentes no quadro institucional para a governança da AA, constam as Câmaras Municipais, a CCDRLVT mas não a CCDR Centro recomendando-se ainda a integração dos seguintes: - REN – Redes Energéticas Nacionais - Infraestruturas de Portugal - Distribuidores locais de Água - Responsáveis locais pelo Saneamento - Associações de Gestão e Tratamento de Resíduos (Valorsul, Resitejo e Outras) - Juntas de Freguesias - Cooperativas e Juntas (setores agrícola e pecuário)	Foi dado cumprimento ao referido.
		Recomenda-se para os momentos de consulta pública previstos, a divulgação do processo de avaliação através dos meios de comunicação social e da página de Internet da Agência Portuguesa do Ambiente, disponibilizando-se <i>online</i> toda a informação necessária à consulta.	-
		Recomenda-se também que, no decurso da consulta pública, sejam diretamente convidadas a pronunciar-se as entidades associativas, organizações ou grupos não-governamentais, bem como os atores económicos e organizações sectoriais e territoriais relevantes. A identificação dos organismos e entidades a convidar poderá ancorar-se no elenco de QE e QAS selecionadas, nomeadamente de nível nacional, regional e local. Do ponto de vista da cidadania, a população em geral deve também ser contemplada e convidada a participar, conforme o ponto 7 do art.º 7º do DL nº 232/2007 de 15 de junho.	-
		Finalmente, recomenda-se também que, no contexto da consulta pública, seja feita a publicitação clara e detalhada da forma como os comentários e contributos poderão ter sido tomados em consideração no âmbito da AAE.	-
		<b>Conclusão:</b>	
		Considera-se estarem contemplados os instrumentos relevantes, mas devem ser considerados, à sua escala própria, os planos diretores municipais (PDM) e as delimitações de REN respetivas na medida em que o Estudo tem um âmbito territorial de proximidade e um objeto muito específico que implicará abordagem e propostas que exigirão articulação e concertação de estratégias e complementaridade de ações.	Dado o elevado número de concelhos abrangidos considerou-se inviável considerar a totalidade dos PDM's e as delimitações da REN.

## Fase 2 – Relatório Ambiental Preliminar

### AValiação Ambiental Estratégica do Estudo de Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

Entidade	Data	Principais aspetos focados nos Pareceres do RFCD (março 2024) – Fase 1 da AAE	Tradução no RAP (abril 2024) - Fase 2 da AAE
		É apresentada tabela de relação entre cada RFCD e QRE, as QE e QAS, mas não resulta evidente que a sua definição seja o resultado de uma abordagem integrada desses elementos prévios.	-
		Considera-se, também, que os indicadores devem ser aprofundados na definição e métrica, relativamente aos objetos e objetivos inerentes a cada FCD, e estarem inequivocamente referenciados a fontes e estabelecidos a periodicidade e respetivos valores de referência e metas, permitindo assim construir um sistema de monitorização fiável que suporte a avaliação sistémica dos objetivos do Estudo.	Os indicadores de avaliação foram revistos e no RAP foram propostos indicadores de monitorização.
		Na definição das QAS e dos FCD deve ser aprofundada a dimensão e alcance específicos da REN no âmbito dos valores naturais afetados e riscos (FCD 1 e 2), bem como as especificidades culturais e sociais-económicas e as estratégias de uso/ocupação locais no âmbito do desenvolvimento territorial (FCD3).	A potencial interferência com áreas da REN é um dos indicadores de avaliação do FCD1 proposto no âmbito da revisão dos indicadores de avaliação efetuado no RAP. As outras questões foram consideradas e parcialmente atendidas.
		A AA deve identificar e enquadrar com o maior detalhe os eventuais projetos derivados sujeitos a AIA, conforme disposto no artigo 13.º do RJAAPP, e o mesmo com os eventuais projetos relacionados ainda que numa abordagem de menor profundidade.	Não foi considerado.